

Projeto Movimentos Sociais e Esfera Pública

Roteiro formulado (e reformulado) em abril/maio/junho de 2013
para o desenvolvimento da pesquisa

Sumário:

- A) Sobre as questões centrais da pesquisa e decisões táticas sobre como cercar inicialmente o objeto da pesquisa.
- B) Listagem: conselhos por tema/ área de pesquisa.
- C) Questões adicionais aos roteiros comuns para os movimentos sociais: Protestos/marchas/manifestações recentes no país (junho de 2013 em diante).

A) Sobre as questões centrais da pesquisa e decisões táticas sobre como cercar inicialmente o objeto da pesquisa:

- 1- Como diferentes atores/agentes/movimentos sociais avaliam as experiências recentes de participação em espaços que se caracterizam pela interlocução (conflitos/pressão/negociação) entre a “sociedade civil” e o “poder público”?
- 2- Como diferentes atores/agentes/movimentos sociais avaliam a incorporação de suas demandas pelo Estado?

Assim, tomamos a iniciativa tática de eleger os Conselhos Nacionais como ponto de partida da pesquisa, de modo a ter acesso a informações, adentrar o tema e ter inserção em um dos espaços nos quais as pesquisas serão realizadas. Feito este passo inicial, a pesquisa seguirá mapeando as características dos movimentos sociais atuais no país¹.

Embora existam certos parâmetros nacionais para o formato dos Conselhos - por exemplo, a valorização da “paridade”-, em cada área há uma legislação específica para definir:

¹A construção de base dessa ideia, de focalização inicial dos conselhos, foi realizada pela pesquisadora Regina Novaes a partir de discussões com a equipe.

- a) seu formato (proporcionalidade na “paridade” de vagas para o poder público e sociedade civil. A maioria é composta por 50% e 50%, mas há também alguns que contam com mais “representação” da sociedade civil);
- b) suas funções e seu caráter (deliberativo ou consultivo);
- c) de redes e movimentos “enquadrados” como “sociedade civil”, convidados ou eleitos;

Considerando as características da pesquisa e para se conseguir comparar diferentes situações, propõe-se um recorte comum de pesquisa nos diferentes temas/movimentos. Cada área temática do *Projeto Movimentos Sociais e Espaço Público* tomaria um Conselho como ponto de partida da pesquisa.

Não se trata de avaliar a eficácia de cada Conselho, enfatizando-se sua influência na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas. Este tipo de perspectiva busca avaliar as políticas públicas, processos de “cooptação” ou de ampliação da participação do ponto de vista das iniciativas do Estado.

Trata-se, na nossa pesquisa, de inverter as perguntas. Isto é, trata-se de:

- 1) buscar compreender como estas experiências de participação estão repercutindo na dinâmica dos movimentos em questão. Mais especificamente, trata-se de pôr em evidência as percepções de diferentes lideranças dos movimentos sociais sobre as repercussões das iniciativas do poder público na dinâmica dos próprios movimentos em que estão inseridos e
- 2) pôr em evidência a forma como os movimentos se percebem influenciando, com suas demandas, as iniciativas do poder público .

Nesta perspectiva, a ideia é considerar os Conselhos Nacionais como uma das “situações de interlocução entre governo e sociedade civil”, problematizando suas fronteiras e identificando seus “efeitos” (esperados e inesperados) no âmbito dos movimentos. E também nossa proposta é observar outras formas de interlocução fora dos conselhos. Trata-se de observar como os movimentos avaliam cada uma dessas formas, em termos de atenção às suas demandas.

O que e como trabalhar

Trabalhar com um Conselho como um instrumento de acesso às questões propostas pela pesquisa, isto é, uma instância de diálogo entre movimentos sociais/governo.

- Questões a serem privilegiadas:

**Observar a influência do Conselho sobre os movimentos;
Mapear temas e debates existentes no Conselho.**

- O que averiguar:

* Composição dos conselhos: entidades que fazem parte, representantes de governos (nomes e cargos), movimentos. Enumerar.

* Data em que começou a atuar (data da constituição e começo de atuação).

* Detectar pessoas-chaves nos conselhos, dos movimentos, do governo; quem é, seu pertencimento, expertises e domínio de informações e do exercício da palavra.

1) Como o conselho é percebido pelos participantes e como são percebidos os possíveis efeitos da atuação do conselho para os movimentos em questão:

- a) No caso (frequente) do movimento participar de vários conselhos, quais são os Conselhos considerados mais importantes pelos movimentos, e por quê?
- b) O conselho dá visibilidade aos movimentos? E como? Há diferenças? Quais as razões disso?
- c) Há negociações paralelas (entre movimentos e/ou entre um movimento e o governo)?
- d) Dispersão entre movimentos.
- e) Disputas entre grupos no interior dos movimentos.
- f) Fortalecimento-enfraquecimento da pauta.
- g) Tentar observar articulações e negociações entre os movimentos. Com base em quais questões se dão essas negociações?
- h) Há disputas entre os diferentes movimentos? Quais e por quê? Como se constituem e se resolvem?
- i) O conselho tem influência sobre o movimento? Como, quando e em quais questões? Como isso é avaliado pelos representantes dos movimentos?

2) O movimento tem conseguido influenciar nas iniciativas e políticas públicas do governo?

- a) Se sim, como e em quais iniciativas? Descrever.
- b) Como o movimento avalia os conselhos?
- c) O movimento tem conseguido que suas demandas, dentro e fora dos conselhos, sejam incorporadas pelo Estado? Em quais instâncias? Descrever.

Como operacionalizar:

A partir do estabelecimento de contato com uma liderança de um movimento participante do Conselho, ou do próprio movimento, fazer entrevista.

- Levantar as questões acima a partir da percepção que delas o entrevistado tem.
- Solicitar a essa liderança os nomes de outros participantes que o entrevistado considere interessantes para conversar, realizando entrevistas com alguns deles, seguindo o mesmo roteiro acima.

3) Efeitos dos conselhos e das políticas públicas sobre os movimentos que não participam dos conselhos.

- a) Razões da não participação.
- b) Como avaliam a presença e atuação do conselho nas suas reivindicações?
- c) Como são percebidos os efeitos da não participação nos conselhos sobre as suas formas de atuação?
- d) Como esses movimentos veem os conselhos?
- e) Porque não participam?
- f) Suas demandas são incorporadas pelo Estado? Através de lobbies, contatos informais etc.?
- f) Como são incorporadas as demandas? Como e quais? Descrever.
- g) Avaliação das iniciativas governamentais.
- h) Como os movimentos avaliam as iniciativas do Estado para o movimento em questão?

Como operacionalizar:

A partir dos contatos estabelecidos no Conselho, ou fora dele, tentar identificar grupos e movimentos que não participam do conselho:

- Realizar entrevistas com algumas lideranças de alguns movimentos (aqueles considerados como “mais representativos”, ou com maior visibilidade pública, ou considerados relevantes por outras razões).

4) Percepção dos especialistas, pesquisadores e/ou assessores sobre o estado das questões colocadas pelos movimentos

- Considerar as interlocuções que têm sido feitas, as que nunca aconteceram, aquelas que foram interrompidas e aquelas que ainda não se iniciaram.

- Entrevistar um ou mais pesquisadores/especialistas e/ou assessores e levantar as questões acima colocadas.

5) Se for o caso, relacionar os Conselhos a outras formas de participação que envolvem negociações entre o poder público e movimentos sociais. (Campanhas, Marchas e Conferências).

B) Listagem: CONSELHOS POR TEMA/ ÁREA DE PESQUISA

B.1) Introdução

A Constituição Brasileira define a participação social como:

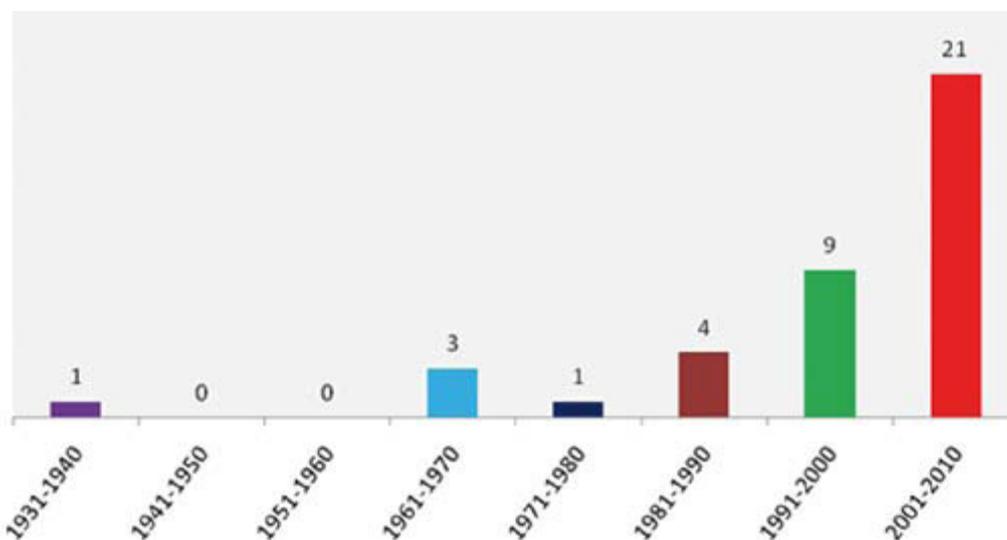
"diretriz para a construção das decisões governamentais. O governo federal concebe os espaços de participação como locais de encontro com a sociedade civil para a produção de

contribuições fundamentais para a elaboração, a implementação e o controle de políticas públicas”.

(Guia dos Conselhos, SGPR, 2013)

Como se sabe, foi a partir de 1990 que as formas de participação estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Lei Orgânica da Saúde (LOS), no estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e no Estatuto das Cidades ficaram conhecidas como Conselhos, tal como previsto na Constituição de 1988.

Depois disso, outros Conselhos foram criados, chegando hoje ao número de 39 (trinta e nove), sendo 21 (vinte e um) deles criados na última década, conforme tabela abaixo elaborada pela Secretaria Geral da Presidência da República:



No entanto, embora existam certos parâmetros nacionais para o formato dos Conselhos - por exemplo, a valorização da “paridade”-, em cada área há uma legislação específica para definir:

a) seu formato (proporcionalidade na “paridade” de vagas para o poder público e sociedade civil. A maioria é composta por 50% e 50%, mas há também alguns que contam com mais “representação” da sociedade civil);

b) suas funções e seu caráter (deliberativo ou consultivo);

c) de redes e movimentos “enquadrados” como “sociedade civil”, convidados ou eleitos;

Tais características revelam particularidades no processo de constituição do “campo” de cada Conselho, seus acúmulos e interlocutores legitimados ou desconsiderados.

B.2) Listagem

Esta é uma listagem preliminar. A definição de quais conselhos serão privilegiados cabe aos grupos de pesquisa, levando-se em conta quais os conselhos são considerados mais importantes e mais frequentados pelos movimentos sociais. A participação em conferências e outras instâncias de interlocução entre governo/movimentos também deve ser definida pelos pesquisadores.

1-Movimento Camponês

- Conselho de Segurança Alimentar.
- Conselho Nacional de Agricultura e Pesca (Conape) - Ministério da agricultura
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável(Condraf)

2- Movimentos de Juventude

- Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) - SGPr.

3-Movimentos Ambientalistas

- Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) - MMA

4-Movimentos Feministas

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

5-Movimentos LBGT

- Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LBGT (CNCD)

6-Movimento Negro

- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPRI)

7-Movimento Sindical Urbano

- Conselho de Relações do Trabalho (CRT)
- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador(Codefap)
- Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

8-Movimentos por Moradia

- Conselho das Cidades (Concidades)

9-Movimentos Indígenas

- Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI)

10- Movimentos de Populações Tradicionais

- Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

- Adicionalmente, atentar para:

* A listagem completa dos conselhos pode ser encontrada em:

http://www.secretariageral.gov.br/art_social/conselhos-e-conferencias/guia

* Ver outras Comissões em diferentes ministérios.

* Consultar publicações do IPEA: relatórios de avaliação dos diferentes conselhos.

* Acessar e analisar os sites (eventualmente existentes) dos movimentos.

- Depois de realizadas as primeiras entrevistas com conselheiros e movimentos, será feita uma avaliação conjunta dos pesquisadores para fazer os ajustes necessários para o andamento da pesquisa.

C) Questões adicionais aos roteiros comuns para os movimentos sociais: Protestos/marchas/manifestações recentes no país (junho de 2013 em diante)²

- Fazer um Mapeamento dos protestos ocorridos

1) Questões para levantar junto aos movimentos:

1.1 Como os movimentos veem os atuais protestos?

1.2 Como os movimentos percebem aqueles grupos que participam, ou participaram, das manifestações?

- 1.3 Existem conflitos entre os diferentes grupos/ movimentos?

1.4 Quais e por quê?

2) Questões para levantar junto aos movimentos que foram chamados pelo governo durante esse período de manifestações:

2.1. Como os movimentos souberam que tinham sido chamados a através de quem?

2.2 Esperavam ser chamados?

2.3 Os movimentos que não esperavam ser chamados, tiveram qual percepção disso? Como se organizaram para ir para lá, como avaliaram a articulação com o governo ou a reunião posteriormente?

3) Como os "movimentos tradicionais" reagem à convocação dos movimentos recentes ou dos grupos que participam das manifestações? Como veem a convocação deles? Reconheciam sua existência antes disso?

4) Como os movimentos veem esse momento de atos e protestos?

²Esse roteiro foi feito após discussões nas reuniões de uma comissão do projeto, composta de pesquisadores mais experientes e pesquisadores mais jovens, formada para pensar a irrupção das manifestações de junho 2013 em diante na conjuntura anterior (isto é, a conjuntura do primeiro semestre da pesquisa).

5) Questões a levantar com representantes do governo, particularmente as pessoas que lidam diretamente com os movimentos sociais:

5.1 Como o governo percebe esses protestos recentes e como os define?

5.2 Como o governo vê esses “novos” movimentos e como os define?

a) Qual foi o critério para chamada de alguns movimentos para a “mesa de negociação do governo”?

b) Como foi feita a escolha, quem chamou, quem contatou, quem intermediou?

Relação movimentos sociais/governo

6) Questões para analisar com representantes de movimentos que já tinham relação com o governo:

5.1. Quanto tempo faz que eles têm relação com o governo?

5.2 Como avaliam essa relação?

5.3. Como fazem para escolher representantes e quem vai às negociações?

5.3 Nesse tempo de diálogo, averiguar se tiveram algum ganho concreto, alguma "vitória" que avaliam como decorrente da negociação;

7) Como o entrevistado, pessoalmente, vê e avalia essa relação com o governo?

Ferramentas virtuais e mobilização

8) Mapeamento da articulação virtual dos movimentos sociais.

8.1 Há quanto tempo tem site?

8.2 Há quanto tempo tem Facebook?

8.3 Qual o papel desses instrumentos na construção da articulação do movimento?